

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Kleino Marcos Felix de Souza brasileiro(a) solteiro, Autônomo portador do CPF: 058033.634-98 residente na Rua: Adelina celina Bezerra 209, Bairro: Alto Sumaré, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na clausula **" ad exitum"**;

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 27/08/2019

Contratante: X Kleino Marcos Felix de Souza

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: Kleina Marcos Felix de Sousa brasileiro(a) -
Golteno, Autônomo portador do RG nº 002.431.981, e do
CPF nº 058.055.654-38, residente na
RUA: Adelina Elena Bezerra, BAIRRO:
209, cidade Mossoró - Rio Grande

do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN 7.469, EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB/PB 16928 podendo serem intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 27/08/2019

Outorgante: Kleina Marcos Felix de Sousa

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Kleino Marcos Felix de Sousa, brasileiro(a), Solteiro, Autônomo
portador do RG nº 002.431.984 e do CPF 058.055.654-98 residente na
Adelina Celina Bezerra na Cidade de Mossoró - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 27/08/2019

Declarante: x Kleino Marcos Felix de Sousa

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Kleino Marcos Felix de Souza, brasileiro, solteiro,
Autônomo, com CPF nº 058.055.654-98 residente na
Rua Adelina Celina Bezerra nº 209, BAIRRO: Alto Sumaré
Mossoro -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 27/ Agosto/ 2019

Declarante: Kleino Marcos Felix de Souza

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

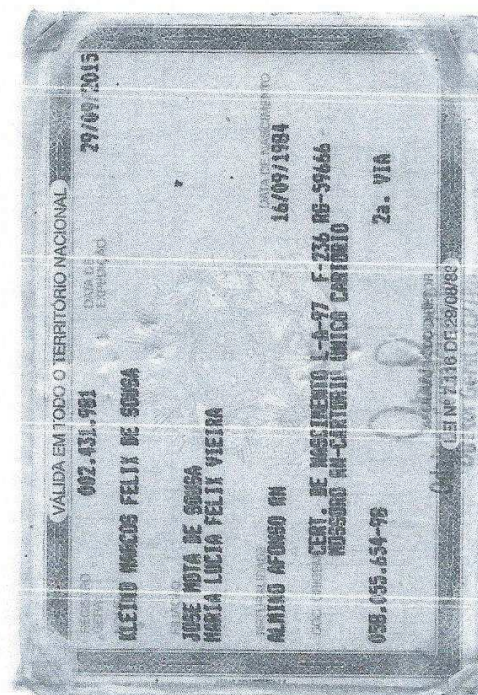
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

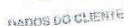
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei nº 11.083/2005

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150. Baldo, Natal - RN. CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

20055199-0 | www.consumidor.gov.br

KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA

RUA ADELINA CELINA BEZERRA 209

CPFR 66-0861654-98

ALTO DO SUMA - AREA URBANA
MOSSORO RN

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

7004294062

06/2019

025317947

PLCA

07/06/2019

19/06/2019

09/07/2019

25,

25,42

VALOR (R\$)

12/08/2019

24020URBQ

2563044

QUANTIDADE

FRECO (R)

VALOR (R\$)

Consumo Ativo(1:Wh)
Acréscimo Bandeira AMARELA
Contribuição Pública Municipal
Multa por atraso-NF 022320847 - 09/04/19
Juros por atraso-NF 022320847 - 09/04/19
Atualização IGPM-NF 022320847 - 09/04/19

41 00000000

0.50873503

20.85

0.31

2.52
1.02

0.35

0,3

DATA	ATUAL	DATA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
						25,42

TOTAL DA FATURA		DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
		07-08-2019	0,00	07-08-2019	6,00	8	1,00000		6,00
					8 038,000	22	1,00000		95,00

219032469	CAT	06/05/2019	8.004,00	30.000,00
212002625	CAT			
HISTÓRICO DE CONSUMO				
Mês/ano kWh				
JUL19	41			
MAI19	57			
ABR19	79			
INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS				
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
ICMS			Geração de Energia	R\$ 9,76 40,13%
PIS			Transmissão	R\$ 1,08 55,10%
COFINS			Distribuição (Cobex)	R\$ 6,79 32,00%
	21,16	0,11	Perdas de Energia	R\$ 1,82 8,88%
		0,02	Energia Solar	R\$ 1,58 7,44%
	21,16	0,52	Tributos	R\$ 0,13 0,61%
		0,11	Total	R\$ 21,16 100,00%

MAR 19	95
FEV 19	30
JAN 19	47
DEZ 19	109
NOV 19	36
OUT 19	98
SET 19	23
AGO 19	87
JUL 19	106
JUN 19	100

Consumo médio (KWh)

RESERVAÇÃO AO FISCAL

F432 1E4U DB6D F39B DB6F DFCT 2E8B E38A

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

0,5555

[illegible]

As condições gerais de
fornecimento (Prevenção ANEE
414/2010), tarifas, produtos,
serviços prestados e tributos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
Nº 014241967350
VIA 1 COD. RENAVAM 00133173291 R.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2019
NOME KLEIN MARCOS FELIX DE SOUSA

CPF / CNPJ 058.055.554-98 PLACA M2G1562
PLACA ANT / UR M2G1562 CHASSI 9C23C41109R009825
M2G1562 / RN

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NÃO APLICAVEL COMBUSTIVEL GASOLINA
MARCA / MODELO HONDA / CG 125 FAN KS ANO FAB 2009 ANO MOD 2009
CAP / POT / CIL 124 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COE PREDOMINANTE AGIL

1	2	3	4	5
P	0.00	12/03/2019	1º	PAGO
V	002844 3X	PARCELAMENTO / COTAS	2º	PAGO
A		R\$ *****	3º	PAGO

PRÊMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
*** LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO *** DPVAT: PAGO
OBSERVAÇÕES

MOTOR: JC41EL19009825
MOSSORO / RN
Siderley Bezerra da Silva
Secretário de Trânsito e Trânsito
DETRAN - RN
DATA 18/02/2019

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

RN Nº 014241967350 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VISTO 062
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradatalider.com.br
SAC DPVAT 0100 022 1204

VIA 1 COD. RENAVAM 00133173291 R.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2019
NOME KLEIN MARCOS FELIX DE SOUSA

CPF / CNPJ 058.055.554-98 PLACA M2G1562
PLACA ANT / UR M2G1562 CHASSI 9C23C41109R009825
M2G1562 / RN

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NÃO APLICAVEL COMBUSTIVEL GASOLINA
MARCA / MODELO HONDA / CG 125 FAN KS ANO FAB 2009 ANO MOD 2009
CAP / POT / CIL 124 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COE PREDOMINANTE AGIL

1	2	3	4	5
P	0.00	12/03/2019	1º	PAGO
V	002844 3X	PARCELAMENTO / COTAS	2º	PAGO
A		R\$ *****	3º	PAGO

PRÊMIO TARIFARIO
DENATIAN (R\$)
CUSTO DO BILHETE (R\$)
IOF (R\$)
CUSTO DO SEGURO (R\$)
TOTAL A SER PAGO (R\$)
DATA DE QUITAÇÃO

SEGUROADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.148.809/0001-04

RALATÓRIO DOS FATOS OCORRIDOS

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO QUE NO DIA

17/07/2019 E HORA 18:20

LOCAL DO ACIDENTE Rua: João da Escasseia

PROXIMO Praca Rotary, Nova Metamor, Mossoró

VEICULO ENVOLVIDO Moto

ANO 2009 COR Azul

PLACA MZG-15662

CHASSI 9C2 5C 43109R009823

RENAVAN 0013 317 3291

COMO ACONTECEU O ACIDENTE A vítima informa que sofreu um acidente, quando vinha na localidade citada, veio em outro veículo avançar sua preferência não dando tempo a vítima desviar, colidindo como mesmo.

QUEM SOCORREU A VITIMA SAMU

PARA ONDE FOI SOCORRIDO A VITIMA Tarcísio Maia

NADA MAIS A CONSTA ASSINO O PRESENTE TERMO, O FAZENDO CIENTE DAS SANÇÕES PENAS DETERMINADAS NO ART. 299 DO CPB, ASSUMINDO TODA RESPONSABILIDADE SOBRE O TEOR E CONTEÚDO DAS DECLARAÇÕES ORA PRESTADAS.

Mossoró R/N, EM 27/08/2019

Kleina Maria de Fátima da Silva

ASSINATURA DO DECLARANTE

TESTEMUNHA (1)

TESTEMUNHA (2)





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JU 02867148 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

28 AGO 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

MOSSORÓ/RN

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1	1	1
:	h	:
1	1	1
:	h	:
1	1	1
:	h	:

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

KLÉLIO MARCOS FELIX DE SOUSA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

RUA: ATAÍDES 132 - SÃO JOÃO

CIDADE / LOCALITÉ

ASSU

59650-000

RU BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGURADORA LIDER

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. DA ASSEMBLEIA 100, 26 - ALVARICENTRO

CEP / CODE POSTAL CIDADE / LOCALITÉ UF PAÍS / PAYS

20011-904 RIO DE JANEIRO RJ BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

SEGURADORA LIDER

04 SET 2019

DIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA

RG: 20.993.830-7

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

Ricardo S. Fernandes

Portaria

IFP 07127861-8

CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION

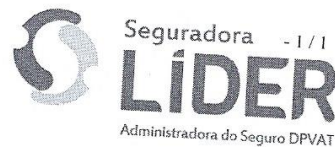
66 SET 2019

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembleia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



Rio de Janeiro, 01/10/2019
DPVAT/SIN - 05059/2019

Para: KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA
RUA ATAIDES, 132
SAO JOAO
ASSU - RN
59650-000

REF: DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS - PROJETO CORREIOS
SEDEX Nº JU028671482BR

Prezado(a) Senhor(a), KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA

Foram protocolados nos Correios documentos relativos ao acidente ocorrido com o(a) Sro(a). KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA, porém para que possamos efetuar o cadastramento do sinistro é necessário apresentar:

- Registro de ocorrência expedido pela autoridade policial (cópia autenticada e legível)

Estamos devolvendo todos os documentos e após a regularização da pendencia, toda a documentação deverá nos ser encaminhada para o devido cadastramento e análise.

Finalizamos informando que a Seguradora Líder DPVAT encontra-se à disposição pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Atenciosamente,

Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT

DSB

Anexo: conf. texto

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº **55508 /2019**

Admissão: 17/07/2019 18:22:55

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 32749 - KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA (34 a 10 m 1 d)

Nascimento: 16/09/1984

Natural: ALMINO AFONSO BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 703401298123300

CPF: 05805565498

Prof: SERVENTE

Mãe: MARIA LUCIA FELIX VIEIRA

Pai: JOSE MOTA DE SOUSA

Logradouro: SEBASTIAO BENICIO DA SILVA, 265

CEP: 59635050

Bairro: BOM JESUS

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.96593039

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: NÃO REGULADO

Origem: PESSOA - OUTRO

*Empresa:

OBS:

Classificação:

PESO:

17/07/2019 18:20:26

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: TRAUMA EM OMBRO ESQUERDO

Hora: 18:35

PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO HA 20 MINUTOS, REFEELE USO DE CABACEIRA TRAZIDO LEMO SANTO, COM COLAR CERVICAL, NEGA TONTURA, DESMAIO, VÔMITO, NEGA ALCOOLISMO, NEGA COMORBIDADES, NEGA ALERGIAS A MEDICAÇÕES.

A - VINS AERIAS PEQUENAS, COM COLAR CERVICAL, COM CERVICALBIA A PALPAÇÃO

B - MUCIL, SIMETRICO, EXPANSIBILIDADE TORACICA SIMETRICA, SPO2: 98%

C - FC: 85 bpm - PULSOIS CHEIOS, PRESENTE, SIMETRICO,

D - PUPILAS FOTOREATIVAS, ISOCORICAS, GLASGOW 15

E - DOR NA REGIÃO CERVICAL A PALPAÇÃO DOS PROCESSOS ESPIINHOTOS, DOR E DEFICIT FUNCIONAL EM MEE + MEE, ESCALAÇÃO DA PARTE MEDIAL DA PLANTA ESQUERDA.

Diagn. Inicial: TRAUMA

PRESCRIÇÃO:

1) SOLICITO AVALIAÇÃO DA ORTODONCIA

Dr. Rafael F. S. M. de S.
Dr. Ricardo L. M. de S.

Dr. Renato F. S. M. de S.
Dr. Ricardo L. M. de S.

Dr. Alexandre T. M. de S.

Dr. Renato F. S. M. de S.
Dr. Ricardo L. M. de S.

VIA	HORÁRIO	ASSINT.
	21:05	<i>Dr. Renato F. S. M. de S.</i>
	21:05	<i>Dr. Ricardo L. M. de S.</i>
	20:45	<i>Dr. Alexandre T. M. de S.</i>

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID

Proc.

Data:

/

/19.

Hr:

:

Médico:

(Assinar e Carimbar)

*Gerado via SX por JOSE MARIA DA SILVA. Impresso em 17 de Julho de 2019.

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
NOME MOSSORO 18/07/2019

SAME / ARQUIVO

Dr. Vicente Andrade
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM - 3592 - TERC. 1987



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 21/10/2019 19:43:16

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102119431602900000048341711

Número do documento: 19102119431602900000048341711

Num. 50051525 - Pág. 1

17/09/13 20h

Jura de Petróleo Hato 2/10
Cen. Inc. + Distribución de R.L. 5000
A Futura Gestión Pública.

Al. Green Asst. Dir.
P/BS/Int

A. T. Brown

CHRYSLER CREDIT ACQUISITION
GENERAL INVESTIGATIVE DIVISION
44-38861-5392 - TEOT 10481

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SANE MOSSORÓ 18 10 2010
B.M.J.
SANE / ARQUIVO





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Processo nº: 0819010-12.2019.8.20.5106

AUTOR: KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Em observância aos artigos 319, 320 e 321 do CPC, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, comprovando a recusa ou deferimento do pedido de indenização pela via administrativa, considerando entendimento consolidado por parte do Supremo Tribunal Federal, nos recursos extraordinários de números 839.314/MA e 839.347/MA. Ou ainda, requerer o que entender de direito, no mesmo prazo.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação da parte, retornem os autos conclusos para apreciação.

Int. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 22 de outubro de 2019.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Em anexo.



MOSSORÓ & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Kelly Maria M. Nascimento
Dartwnz Wamberto B. Sales
Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto
Mossoró - Rio Grande do Norte.
Tel.: (84) 9.9991-1313

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 5ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo nº 0819010-12.2019.8.20.5106

Autor: KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A.

Douto Julgador,

KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS, que move contra demandada, em trâmite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por seu bastante procurador que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido por este Juízo, expor e ao final requerer o seguinte:

Em atendimento ao despacho proferido por este Douto Juízo, informa a parte autora que anexou aos autos o comprovante do requerimento administrativo, onde resta que a seguradora Ré devolveu a documentação do requerente, em



virtude da ausência do boletim de ocorrência, conforme carta aportada ao ID 50051523.

Douto Julgador, a certidão de ocorrência policial é uma exigência administrativa sem base legal, tendo em vista que a Lei 6.194/74 determina que faz jus ao recebimento da indenização à vítima de acidente de trânsito, mediante a **simples ocorrência e o dano por ele provocado.**

Ademais, o próprio Judiciário, através dos nossos Tribunais Superiores, já se posicionou quanto à dispensabilidade do boletim de ocorrência, havendo outros documentos contemporâneos ao acidente que possam comprovar a ocorrência do mesmo.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência do próprio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte:

"EMENTA: CIVIL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APROXIMADAMENTE 5 (CINCO) MESES APÓS O ACIDENTE. BOLETIM DE OCORRÊNCIA TARDIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. **EXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS PARA CONFIGURAREM O NEXO CAUSAL. REQUERIMENTO EXPRESSA NA INICIAL PLEITEANDO A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA.** INEXISTÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. **CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES.**" (Apelação Cível n.º 0808440-69.2016.8.20.5106, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. João Rebouças, j. 23.10.18) [grifei]

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, SUSCITADA PELA DEMANDADA. REJEIÇÃO. MÉRITO. **NEXO DE CAUSALIDADE. ALEGADA INÉPCIA DA INICIAL, POR AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL ANTE A POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS.** VESTIBULAR APTA A PROCESSAMENTO.



VALOR INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO REPETITIVO Nº 1.246.432/RS. GRADAÇÃO QUE DEVE SER OBSERVADA PARA FATOS OCORRIDOS MESMO ANTES DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/2008. PRECEDENTES DO STJ. TABELA EDITADA PELO CNSP/SUSEP. LEGALIDADE. RECURSO REPETITIVO RESP 1.303.038/RS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO A MENOR. JURISPRUDÊNCIA DO TJRN. PERÍCIA MÉDICA REALIZADA NO MULTIRÃO DPVAT. REGULARIDADE. PRECEDENTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. OMISSÃO DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. ALEGADO EQUÍVOCO. MÁ-FÉ QUE NÃO RESTOU COMPROVADA. CONDENAÇÃO AFASTADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS." (Apelação Cível n.º 2014.006728-5, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. Cláudio Santos, j. 16.12.14) [grifei]

Aduz o requerente que no momento do acidente, não compareceu nenhuma autoridade policial, portanto, a mera confecção de um boletim de ocorrência mediante ato declaratório, sequer é aceito pela própria seguradora, bem como, há outros documentos que comprovam a ocorrência do acidente.

-DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO:

A defesa da parte autora comunga com o entendimento do Douto Julgador, caso as explicações apresentadas neste ato não sejam suficientes, em especial quanto a ocorrência do acidente de trânsito tratado na inicial, entende que seria prudente a designação da audiência de instrução e julgamento, para que Vossa Excelência pudesse tomar a termo as declarações da parte promotente, bem como, o depoimento das testemunhas que se farão presente na audiência, independente de intimação.

Ora Douto Julgador, a prova testemunhal será admitida para comprovar fatos controvertidos, relatando a respeito dos



fatos relevantes para solução do conflito, sendo que, no caso em tela, como paira dúvidas quanto a ocorrência do sinistro, entende como prudente que seja designada audiência de instrução para que Vossa Excelência possa firmar o seu livre convencimento.

O art. 442, do Código de Processo Civil, estabelece:

"A prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso." Em análise deste artigo pode-se concluir que a Prova Testemunhal em regra será admitida salvo as restrições em que a lei disponha em contrário."

-DE OUTROS MEIOS DE PROVA SEGUNDO A JURISPRUDENCIA PÁTRIA:

A jurisprudência vem entendendo que existem outras formas, meios para que o DPVAT possa ser deferido.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assim tem se posicionado:

DATA DO JULGAMENTO: 06/12/2016.

3ª CAMARA CIVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 2016.002265-8

ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN.

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

ADVOGADO(S): Dr. ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR (5432/RN)

APELADA: MARIA ELIANE SILVA DE SOUZA.



ADVOGADA: Dr.^a ALICE LOPES DE ALMEIDA (6563B/RN)

RELATOR: DESEMBARGADOR VIVALDO PINHEIRO.

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. MATÉRIA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, PELA FALTA DO BOLETIM DE Ocorrência DO ACIDENTE. TRANSFERÊNCIA PARA A ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL. MÉRITO: INICIAL APTA. O BOLETIM DE Ocorrência É DOCUMENTO PRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, EM RAZÃO DA POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO SOFRIDA PELA APELADA E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADO PELAS PROVAS ACOSTADAS AOS AUTOS. INDENIZAÇÃO FIXADA EM VALOR CERTO, COM OBSERVÂNCIA À DATA DO FATO. APLICABILIDADE DA LEI N.º 6.194/74, COM AS ALTERAÇÕES DAS LEIS N.º 11.482/2007 E LEI N.º 11.945/2009. PERÍCIA REALIZADA EM SEDE DE MUTIRÃO DPVAT QUE ATESTA A DEBILIDADE PERMANENTE ACOMETIDA À ORA APELADA, BEM COMO A GRADAÇÃO DA INVALIDEZ PARA O CÁLCULO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 474 STJ. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.”

No seu voto, o Desembargador Dr. Vivaldo Pinheiro, referendando o v. acórdão, assim discorreu sobre outros meios de ser apreciado ante a ausência do “ boletim de ocorrência”, reportando dessa maneira:

“... Inicialmente, reputo que não há que se falar em inépcia da inicial por falta do boletim de ocorrência e de inexistência de nexo de causalidade, pois a ausência do referido boletim não é razão para o indeferimento da inicial por inépcia, pois apesar de ser documento previsto na legislação para o recebimento da indenização na esfera administrativa, não é requisito para a propositura da ação,



sendo aceito qualquer outro meio de prova para demonstrar a ocorrência de acidente provocado por veículo automotor e a lesão dele decorrente...".

O Doutor Desembargador, retro citado, dissipa dúvidas sobre o fato de outros documentos comprovarem ante a não juntada do boletim de ocorrência ao processo, reportando o seguinte:

"... Decerto, o boletim de ocorrência não é prova imprescindível para a procedência da indenização pelo seguro DPVAT, desde que os demais documentos anexados à peça inaugural comprovem o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão...".

Em outro Julgado, também do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assim fora proferido o seguinte acórdão:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, SUSCITADA PELA DEMANDADA. REJEIÇÃO. MÉRITO. NEXO DE CAUSALIDADE. ALEGADA INÉPCIA DA INICIAL, POR AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL ANTE A POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. VESTIBULAR APTA A PROCESSAMENTO. VALOR INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO REPETITIVO Nº 1.246.432/RS. GRADAÇÃO QUE DEVE SER OBSERVADA PARA FATOS OCORRIDOS MESMO ANTES DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/2008. PRECEDENTES DO STJ. TABELA EDITADA PELO CNSP/SUSEP. LEGALIDADE. RECURSO REPETITIVO RESP 1.303.038/RS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO A MENOR. JURISPRUDÊNCIA DO TJRN. PERÍCIA MÉDICA REALIZADA NO MULTIRÃO DPVAT. REGULARIDADE. PRECEDENTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. OMISSÃO



DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. ALEGADO EQUÍVOCO. MÁ-FÉ QUE NÃO RESTOU COMPROVADA. CONDENAÇÃO AFASTADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS." (Apelação Cível n.º 2014.006728-5, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. Cláudio Santos, j. 16.12.14)."

Sobre o tema, ou seja, ausência do boletim de ocorrência os Doutos Desembargadores, deixam claro que outras provas podem perfeitamente serem utilizadas para comprovar a ocorrência do acidente, tendo a Terceira Câmara Cível do TJ/RN, assim se posicionado:

Apelação Cível nº 2016.000675-7

Origem:6ª Vara Cível Não Especializada da Comarca de Natal/RN.

Apelante:Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda..

Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet. 15311/RJ

Apelado:Jorge Mário Santiago Júnior.

Advogado:LeandroAbrunhosa Ferraz. 853A/RN

Relator:Desembargador Amílcar Maia.

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL POR FALTA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, EM RAZÃO DA POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO SOFRIDA E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADO PELAS PROVAS ACOSTADAS. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DA DEBILIDADE SOFRIDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ.



COMPROVAÇÃO DE INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE DA MÃO DIREITA. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 70% PARA O SEGUIMENTO CORPORAL AFETADO E DO PERCENTUAL DE 50% ATESTADO NA PERÍCIA REALIZADA EM JUÍZO. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE SE IMPÕE. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO." (Apelação Cível n.º 2016.000675-7, 3ª Câmara Cível; Relator Desembargador Amílcar Maia Julgamento, julgado em 09/08/2016).

No v.acórdão retro citado, o Douto Relator, ao proferir o seu voto, assim reportou quanto ao fato de naquele demanda, não encontrar sendo instruída com o "boletim de ocorrência", se não vejamos:

"... Ademais, em caráter obter dictum, mesmo que o boletim de ocorrência não tivesse acostado aos autos, sua ausência não é razão para o indeferimento da inicial por inépcia, pois apesar de ser documento previsto na legislação para o recebimento da indenização na esfera administrativa, não é requisito para a propositura da ação, sendo aceito qualquer outro meio de prova para demonstrar a ocorrência de acidente provocado por veículo automotor e a lesão dele decorrente..."

Como se observa Douto Magistrado, o boletim de ocorrência poderá ser perfeitamente dispensável, quando a parte requerente fizer constar nos autos outras provas, tais como comprovante de primeiro atendimento, prontuário medico, declaração do SAMU, dentre outros meios probatórios disciplinados pela norma jurídica.

- **DO REQUERIMENTO:**

Pelo exposto, requer V. Exa., seja dado prosseguimento da presente lide, sendo nomeado perito pelo



Douto Juízo, para que possa firmar o laudo pericial, nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, caso o Douto Julgador não tenha firmado o seu entendimento sobre a ocorrência do acidente, requer ainda que seja designado audiência de instrução e julgamento, momento que, compromete-se desde já a defesa de apresentar as testemunhas, independente de intimação, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoró - Rio Grande do Norte, aos 05 de novembro de 2019.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

OAB/RN nº 7469.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0819010-12.2019.8.20.5106

AUTOR: KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 13 de janeiro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0819010-12.2019.8.20.5106

AUTOR: KLEINO MARCOS FELIX DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 13 de janeiro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

